

CEDI

Policiais queimam casa de Potiguara

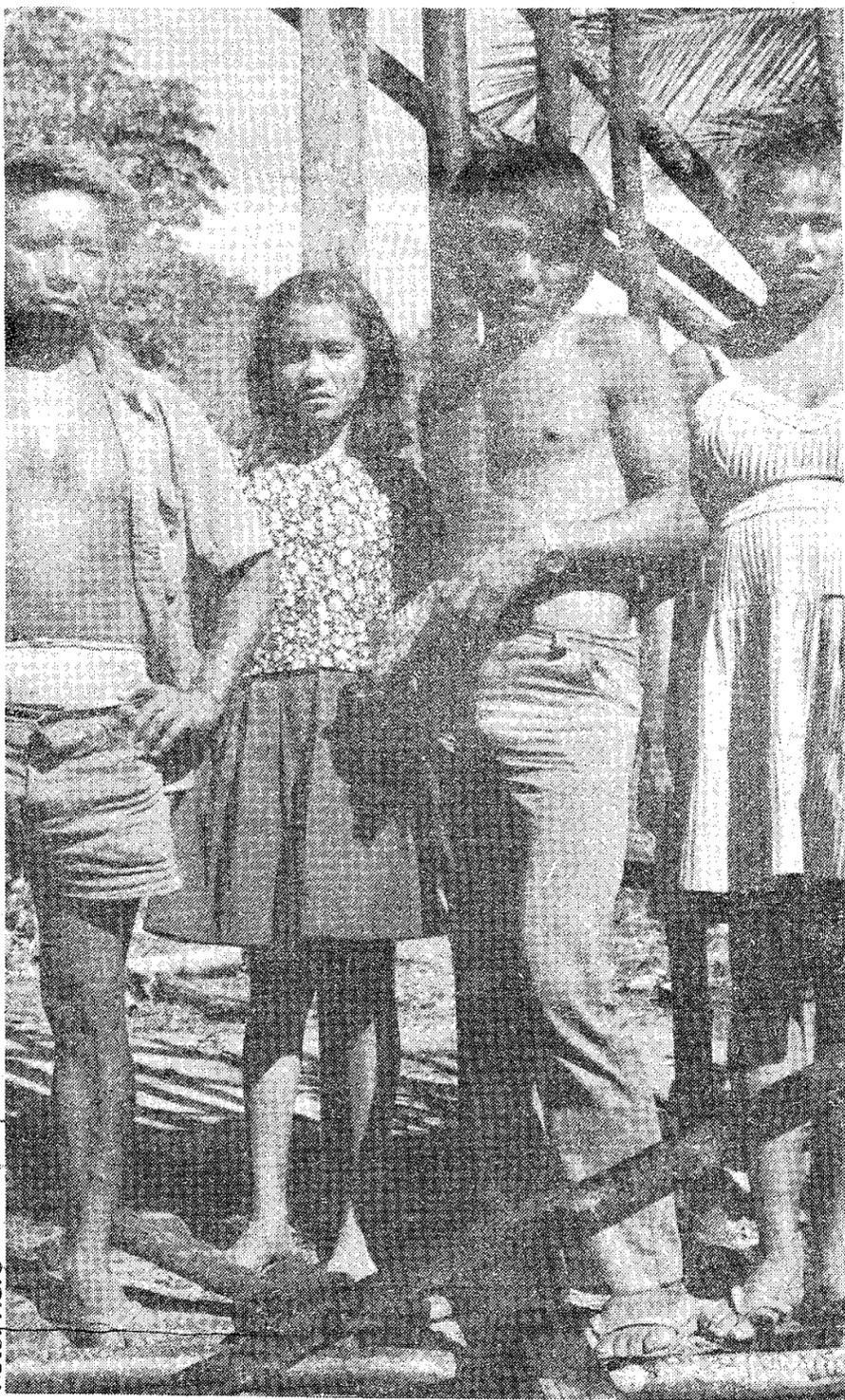
A casa do índio potiguara Manoel Francisco, localizada nas proximidades da aldeia São Francisco, na Baía da Traição, Paraíba, foi invadida e incendiada dia 20 de maio passado, por sete agentes da Polícia Militar da cidade de Rio Tinto. Os policiais estavam acompanhados por um investigador civil e de um oficial de Justiça e cumpriam uma ordem de despejo expedida pela juíza Francisca Luíza Nobre em favor do fazendeiro Marcos José Francisco do Amaral. Este fazendeiro, que participou pessoalmente do atentado, reivindica as terras ocupadas pelo índio Manoel Francisco, embora não tenha nenhum direito sobre a área, que pertence historicamente aos Potiguara.

A invasão ocorreu por volta das seis horas da manhã. Depois de expulsar a esposa de Manoel Francisco - este, ausente na ocasião - e seus dois filhos menores, os policiais jogaram gasolina sobre a casa e atearam fogo. Grávida de quatro meses, a mulher foi insultada, ameaçada e obrigada a entrar numa viatura que arrancou a toda velocidade. Ela pediu para ser levada até a aldeia São Francisco, mas não foi atendida, tendo sido transportada para a cidade de Rio Tinto, onde um carro de praça foi fretado para levá-la de volta.

Este relato foi contado pelo índio Tiuré, que esteve em Brasília em junho para solicitar a Funai providências contra o fazendeiro Marcos do Amaral.

Ainda segundo Tiuré, o cacique dos Potiguara, Severino Fernandes, logo que soube do atentado, dirigiu-se ao posto da Funai para fazer a denúncia ao encarregado Givaldo Lopes Almeida. Este, porém, não tomou nenhuma providência nos sete dias seguintes e gastou mais seis dias para comunicar o caso ao seu superior da Delegacia da Funai de Recife, Leonardo Reis. Foi então que o cacique Severino Fernandes resolveu telefonar ao delegado Reis. O delegado afirmou não ter recebido o relatório de Givaldo Almeida e se fez de desentendido, pedindo que o cacique falasse mais alto. Quando Severino Fernandes anunciou que a Comunidade dos Potiguara ia fazer justiça com as próprias mãos, Leonardo Reis finalmente "entendeu" e pediu calma.

Dias depois, um advogado foi contratado pelo chefe do posto para contestar a ordem de despejo da juíza Francisca Luíza Nobre. O advogado, acompanhado por alguns índios, registrou uma queixa contra os policiais inva-



A família de Manoel Francisco (E) diante da casa incendiada

sores na Delegacia da Polícia Militar. Os mesmos policiais, presentes na Delegacia, procuraram se desculpar: "Não sabíamos que era área indígena", disse um deles. "A ordem era para despejar, não para botar fogo", contestou o advogado.

Sempre de acordo com o relato de Tiuré, algum tempo depois "o advogado mostrou-se outra pessoa", favorável de certa forma à posse do fazendeiro em terras indígenas. Esta suspeita surgiu no momento em que o advogado aconselhou o índio Manoel Francisco a abandonar seu terreno, até que a Justiça tomasse uma decisão. Em conversa com o cacique Severino Fernandes, o advogado afirmou o seguinte:

- Severino, você que comanda este povo devia orientar aquele índio para não morar mais naquele local. É um lugar muito distante, numa grota difícil. Você sabe que aquela área está em litígio, então acho melhor - falo como advogado - esperar a Jus-

tiça resolver. Demora... você sabe como é a Justiça.

- O índio não pode arrear o pé de lá - respondeu Severino. Agora o fazendeiro não entra mais lá, quem fez coisa ruim foi ele, o índio estava quieto.

- Mas Severino - disse o advogado, se um cachorro late pra você, você late pra o cachorro?

- Não, eu meto o pau nele - respondeu Severino, sem titubear.

Ao final desta conversa, o cacique apresentou ao advogado a relação dos bens queimados durante a invasão e que foram orçados em Cr\$ 56.550,00.

A Comunidade dos Potiguara resolveu agir neste caso, independentemente das medidas que a Funai possa tomar: os índios pretendem ocupar a área invadida pelo fazendeiro com uma grande roça comunitária. A área, afinal, pertence historicamente ao povo Potiguara e está incluída nos limites da demarcação que está sendo realizada.

Potiguara
Ago. 1982